

Os reflexos para o Brasil da crescente presença chinesa em Angola

*Helcio Blacker Espozel Junior**

Introdução

O Brasil, no campo das relações internacionais, destaca-se por ser um país com longa tradição pacífica, que busca, através de ativa participação diplomática, promover o entendimento entre os diversos atores globais. Sem negligenciar sua política de buscar a projeção do país internacionalmente e a ampliação de sua inserção em processos decisórios nos órgãos multilaterais, o Brasil estabeleceu como área de interesse prioritário, tanto no campo da diplomacia quanto no da defesa, o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2016b, p. 14).

Angola é um dos países do entorno estratégico brasileiro com quem o Brasil compartilha uma herança cultural comum, fruto da colonização portuguesa nas duas margens do Atlântico Sul, no século XVI. A relação de proximidade entre os dois países influenciou a formação da sociedade brasileira nos campos étnico, econômico, cultural, artístico e religioso, além de ter-se refletido por ocasião da independência de Angola, quando o Brasil foi o primeiro país a reconhecer esta condição

e estabelecer relações diplomáticas (VISENTINI, 2016, n.p.). Tal relação de proximidade levou ambos os países a assinar, em 2010, a “Declaração de Parceria Estratégica”, elevando as relações bilaterais a um novo patamar.

Por sua vez, a China se aproximou das nações africanas, aproveitando o vácuo deixado pelos países europeus após a independência de suas antigas colônias. Aquele país asiático visava ao acesso à matéria-prima, fontes de energia, mercado para suas empresas de infraestrutura e apoio em fóruns internacionais. Dentre as nações africanas, Angola se destaca por ser um país exportador de petróleo, elemento essencial para garantir a segurança energética chinesa e sustentar seu crescimento. A China visualizou em Angola a possibilidade de assegurar fornecimento estável de petróleo, em troca de financiamento para a reconstrução da infraestrutura do país, arruinada pelos vinte e sete anos de guerra civil, iniciada logo após a sua independência (OLIVEIRA, 2012, p.64).

A cooperação internacional

Com a consolidação dos poderes domésticos, os Estados passaram a se projetar

* CMG Fuz Nav (EN/94, CAOCFN/02, CEMOI/EGN/05, CEMOS/EGN/11, ECEME/18). Atualmente, é o comandante do Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais.

internacionalmente com o intuito de obter recursos que garantissem sua sobrevivência ou expansão territorial. Entretanto, o fato de inexistir uma hierarquia entre os Estados no sistema internacional fez com que os países estabelecessem fóruns multilaterais como forma de viabilizar o diálogo e o entendimento.

Nesse contexto, logo sugeriram os termos “Terceiro Mundo” para descrever os países menos desenvolvidos economicamente, quando comparados aos países ricos do “Primeiro Mundo”. Com o fim da Guerra Fria, esses termos foram substituídos por uma nova forma de regionalização socioeconômica. Os países desenvolvidos passaram a ser intitulados países do Norte, em uma posição hierarquicamente superior, em função do maior poderio econômico e de maior capacidade de impor seu poder e influência. Os países subdesenvolvidos, que assumiram uma posição subserviente em um primeiro momento, em função de suas fragilidades, passaram a ser chamados de países do Sul (MORATO, 2009).

Essa dissimetria no sistema internacional impulsionou o desenvolvimento de uma cooperação entre os países do Sul, que veio a ser conhecida como cooperação Sul-Sul, como forma de viabilizar o apoio ao desenvolvimento, criação ou fortalecimento de laços políticos, econômicos ou culturais e de aumentar a capacidade de negociação quanto a um maior protagonismo desses países no sistema internacional.

Nesse cenário, Brasil, China e Angola, países considerados do Sul, assumem uma posição de maior protagonismo no cenário internacional. A postura mais assertiva de

Brasil e China, em conjunto com Rússia, Índia e África do Sul, nos primeiros anos do século XXI, impôs uma nova realidade ao sistema internacional, em que ocorreu a ampliação da presença desses países nos fóruns multilaterais e possibilitou o estabelecimento de acordos de cooperação que garantissem benefícios mútuos, conforme poderemos observar nos próximos capítulos.

O exercício do poder no sistema internacional

No campo das relações internacionais, o estudo sobre o exercício do poder ocupa um lugar de destaque. Isto se deve ao fato de as relações entre os entes internacionais envolver a capacidade de um influenciar o outro e, por vezes, até mesmo a de impor suas vontades.

Joseph Nye (2012), um dos mais influentes autores contemporâneos sobre relações internacionais, cunhou os conceitos ligados ao exercício do poder na década de 1980. Segundo Nye, a aplicação do poder no sistema internacional pode ser feita através do *hard power*, do *soft power* ou ainda pelo *smart power*.

O *hard power* consiste na aplicação direta do poder com o intuito de obter os efeitos desejados com uma determinada ação. Normalmente, essa aplicação do poder está ligada ao emprego das dimensões militar e econômica. O *hard power* é exercido por meio de políticas como a diplomacia coercitiva, em que a ameaça é algo presente nas negociações. Ao invés da confiança, as ameaças são o comportamento normal em caso do não atendimento de algumas das demandas apresentadas (FERREIRA, 2016).

O *soft power* foi pensado por Nye (2012) como a contraposição à ideia do *hard power*. Nye entende essa forma de aplicação de poder como “[...] a capacidade de afetar outros utilizando meios cooptativos, persuasão e produção de atração positiva para a obtenção dos resultados preferidos (NYE, 2012)”. Os recursos associados ao *soft power* incluem fatores intangíveis, como ideias, valores, cultura e a legitimidade de certas políticas.

Ao analisar a obra de Nye, Ferreira (2016) defende que, quando políticas de um Estado são legítimas aos olhos de outros Estados, o *soft power* desse país se intensifica. Por esse meio,

[...] é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. (NYE, 2012 apud FERREIRA, 2016)

Os Estados que exercem o seu *soft power* costumam fazer uso de sua cultura, suas instituições e suas políticas governamentais.

Nye (2012), ao definir o *smart power*, defende que o fato de um Estado optar por usar o seu *soft power* não significa que abrirá mão de usar a força, sempre que este uso seja legítimo. O emprego do *soft* e do *hard power*, o equilíbrio inteligente entre as ações de consenso com as de uso da força são denominadas *smart power*.¹ Não se pode deixar de ressaltar que o conceito de *smart power* ocorre quando o Estado age criando consenso, tendo como pano de fundo, para qualquer eventualidade, a possibilidade de emprego de seus meios de *hard power* (NYE, 2012 apud FERREIRA, 2016).

No cenário atual, em que a aplicação do poder tem um forte componente relacionado com a opinião pública internacional, é relevante a construção da narrativa, de forma a que esta esteja sempre apoiando o atingimento aos efeitos desejados traçados pelos Estados. Sob essa perspectiva, o uso do *soft power* ou do *smart power* pode ser mais útil na busca a tais objetivos.

A relação Brasil-Angola

Antecedentes

Desde o século XVI, quando Portugal consolidou a conquista de suas colônias em ambos os lados do Atlântico Sul, o Brasil mantém fortes vínculos com os povos africanos, cultivando inclusive laços mais sólidos do que com seus vizinhos sul-americanos ao longo da história.

Conforme descreve Mello (2012),

[...] a posição estratégica privilegiada do Brasil em relação à costa ocidental da África conferia a Portugal capacidade ímpar de projeção de poder sobre aquele continente [...]

Por sua vez, as colônias portuguesas na África atlântica contribuía para a defesa da colônia brasileira. Observa-se que já ficara claro naquela época para Portugal que:

a complementaridade geoestratégica entre o Brasil e a costa ocidental da África, ou seja, a noção de que, no exercício do controle sobre o Atlântico Sul, a posse de territórios em uma de suas margens potencializa o valor estratégico dos domínios na margem oposta. (MELLO, 2012)

Além do aspecto geopolítico, é relevante citar que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, e tal fato contribuiu para o recebimento de um elevado fluxo de escravos africanos. A presença dos africanos veio influenciar decisivamente a formação da nação brasileira, além de contribuir para a criação de laços culturais profundos entre o Brasil e a África.

Na década de 1950, Meira Mattos (1958) foi o primeiro a defender a projeção internacional brasileira através de uma aproximação com os países lusófonos e por meio de uma aproximação política, econômica e cultural com as novas nações africanas, em especial com aquelas da vertente atlântica, visto que a presença de potências militares extrarregionais na costa ocidental da África poderia constituir séria ameaça aos interesses brasileiros.

Apesar dos laços de proximidade, o contato do país com a África foi marcado por momentos de maior aproximação, entremeados por outros de relativo afastamento. É de se pontuar que o país não possui um projeto de Estado que o permita traçar uma política de longo prazo para alcançar seus objetivos nacionais. Tal fato está diretamente relacionado com a inconstância da política africana brasileira, que passa a depender da iniciativa do governo de ocasião. Ao se analisar a relação Brasil-África a partir da década de 1970, verifica-se que, após a “política africana do Brasil” estruturada no governo Médici (1969-1974) e que permaneceu ativa até o final do Governo Geisel (1974-1979), o Brasil iniciou um período de relativo afastamento em relação aos países daquele continente, situação que

só veio a ser revertida no alvorecer do século XXI (VISENTINI, 2016).

No início deste século, a diplomacia brasileira voltou a intensificar os laços com a África, passando este continente a ser um dos principais focos de sua política de cooperação Sul-Sul. Segundo Visentini (2016), neste contexto, foram desenvolvidas ações em diversas áreas, em especial nas áreas do comércio, investimento, saúde, ciência e tecnologia, programas sociais, entre outras. No âmbito desta nova postura brasileira, que ultrapassou a retórica e ganhou um forte impulso, o setor que trata da África no Ministério das Relações Exteriores foi reformulado e ampliado; o número de representações diplomáticas naquele continente passou a ser de 39, quinta maior presença diplomática na África; e houve um forte incremento de visitas de lideranças nacionais em ambos os lados do Atlântico.

A maior assertividade da política externa, aliada ao *soft power* brasileiro, encontrou grande aceitação junto às nações africanas, visto que essas olhavam para o Brasil, uma nação que também havia sido colonizada pelos europeus, como uma igual e, principalmente, como uma antiga colônia que tinha dado certo (VISENTINI, 2016).

A cooperação entre Brasil e Angola

Ao assumir o poder, o presidente Geisel (1974-1979) adotou uma diplomacia que veio a ser denominada como o “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”. Em um contexto mundial conturbado, Geisel aprofundou a política africana iniciada por Médici e optou por um incremento comercial com países socialistas, “[...] como forma de

afirmar sua presença autônoma no cenário internacional” (VISENTINI, 2013a).

Nesse cenário, o Brasil, coerente com a política praticada no período, foi o primeiro país a reconhecer e estabelecer relações com o governo marxista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em novembro de 1975 (VISENTINI, 2016). A postura brasileira de estabelecer uma representação diplomática em Luanda ainda antes da independência oficial do país contribuiu para que outros países reconhecessem o governo do MPLA, em detrimento da opção que envolvia um governo compartilhado pelos três movimentos que lutaram pela independência (VISENTINI, 2013a).

Nos anos que se seguiram à independência, já com Angola afundada em uma guerra civil marcada pela participação de governos estrangeiros apoiando os diferentes contendores, o Brasil teve papel central para o país. Nesse período, que durou até 1990, houve diversas medidas de aproximação entre os países, tais como o estabelecimento de parcerias no campo dos serviços, destacando-se a participação da Odebrecht na área de construção (VISENTINI, 2016). Entretanto, as mudanças ocorridas ao fim da Guerra Fria, aliadas ao desgaste da economia brasileira, geraram queda no comércio dos dois lados do Atlântico e um novo afastamento brasileiro da África.

Essa situação só veio a ser revertida após o início do século XXI, quando houve uma nova aproximação do Brasil com os países do continente. Nessa nova fase, observou-se uma retórica mais voltada para uma cooperação Sul-Sul, com um significativo aumento do número de visitas de alto nível

entre o Brasil e os países da região. Como reflexo dessa nova fase, Brasil e Angola assinaram uma “Declaração de Parceria Estratégica”, em 2010, levando a relação entre os dois países a um novo patamar, através da priorização da cooperação técnica, da concertação política e da integração econômica (BRASIL, 2010).

Cooperação técnica

Após a assinatura de Acordos de Cooperação em 1980, Brasil e Angola passaram a desenvolver programas em diversas áreas, como saúde, agricultura, educação e formação profissional.

O campo da educação é um dos mais bem-sucedidos e relevantes na cooperação entre Brasil e Angola e um dos mais férteis para o fomento da influência brasileira em Angola. Os dois principais programas do governo brasileiro voltados para estudantes estrangeiros são o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o de Pós-Graduação (PEC-PG).

O PEC-G oferece a estudantes a oportunidade de realizar os estudos de graduação em instituições de ensino brasileiras. Cerca de 76% dos participantes do programa vieram da África, sendo Angola o terceiro país com o maior número de estudantes.² Já o PEC-PG é voltado para a formação de estudantes estrangeiros em cursos de mestrado e doutorado *stricto sensu*. Entre 2005 e 2016, mais de sessenta estudantes angolanos participaram do programa, tendo eles sido isentos de matrícula na instituição de ensino e recebido bolsa de estudo mensal e passagem de regresso ao término do programa.³

Ainda no escopo da cooperação técnica, identificou-se em Angola uma grande dificuldade em se encontrar mão de obra qualificada, em função do longo período em que o país esteve afundado em uma guerra civil, o que fez do país um candidato natural para receber um centro de formação profissional. O Centro de Formação Brasil-Angola foi fundado em 2000, em Luanda, sob coordenação técnica do SENAI, com o propósito de contribuir para a reinserção social e a reconstrução do país, por meio de formação e reciclagem de mão de obra desmobilizada. O Centro atingiu a expressiva marca de mais de dezenove mil pessoas formadas entre os anos de 2000 e 2008. É importante ressaltar que o mercado possui uma visão bastante positiva sobre os egressos dos cursos, visto que a excelência dos processos, técnicas e instalações adquirida por ocasião da cooperação brasileira, faz do Centro uma referência dentro do sistema angolano de formação profissional.

Diplomacia das empreiteiras: “o fator Odebrecht”

O reconhecimento da independência abriu o mercado angolano para as empresas brasileiras. Na década de 80, a construção da Hidrelétrica de Capanda, um projeto trilateral com a participação da União Soviética e Angola, permitiu a internacionalização da empresa Odebrecht, a representante brasileira na empreitada. A participação da empresa nessa obra deixou um legado de trabalhadores treinados e uma aproximação com o chefe de Estado do país, que contribuiu para a manutenção da empresa em atividade em Angola, em especial após a chegada dos anos 2000 (GOES, 2017).

No início do século XXI, o governo brasileiro passou a incentivar com financiamento a internacionalização de empresas brasileiras como instrumento de política externa para a África. Angola foi beneficiada diretamente por essa política, concentrando cerca de 3,5 bilhões de dólares em crédito financiados pelo BNDES na África, entre 2002 e 2015. O financiamento desses projetos foi lastreado em petróleo bruto pelo governo local, tendo as empresas de engenharia brasileiras sido as principais beneficiadas, em função da imperiosa necessidade angolana de reconstrução do país após anos de guerra (VILLAS-BOAS, 2014).

A Odebrecht realizou diversas obras estratégicas, como as hidrelétricas de Cambambe e Laúca e a refinaria de Lobito, chegando a ser responsável, em 2014, por cerca de dez por cento da verba gasta pelo governo angolano em obras de infraestrutura (VIANA, 2016). Com o passar do tempo, os dirigentes da empresa começaram a desenvolver uma relação de proximidade com o então presidente José Eduardo dos Santos,⁴ o que fez com que a empresa fosse convidada a integrar a Assembleia Geral e o Conselho Fiscal da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), a maior ONG de Angola, fundada pelo mandatário com a missão de consolidar o progresso social, cultural e científico.

A afinidade entre o patrono da empresa, Emílio Odebrecht, e o presidente de Angola fez com que fosse estabelecido um canal informal entre os dois. Periodicamente, os dois mantinham contato telefônico e estabeleciam uma rotina de reuniões anuais, durante o período em que o presidente esteve à frente do país, para prestar contas sobre

o andamento dos negócios e perspectivas futuras (VIANA, 2016). Apesar de eticamente questionável, o canal informal estabelecido com o ex-presidente de Angola constituía um ativo importante nas relações entre o Brasil e aquele país africano.

Aspectos culturais

As igrejas evangélicas brasileiras possuem forte penetração na sociedade angolana, sendo a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) a que possui maior representatividade no país, com cerca de quinhentos mil fiéis, o que equivale a quase 3% da população. A presença das igrejas ainda é muito associada ao Brasil, e elas representam um conglomerado que conta com espaço na TV, rede de rádio e jornal, além de contar com representação na política local (FELLETT, 2013).

Além das igrejas evangélicas, as TV brasileiras também possuem grande entrada junto à população e vêm proporcionando transformações culturais no povo angolano, por meio da assimilação de hábitos, comportamentos, linguagem, formas de vestir e comer, entre outros. As emissoras brasileiras de TV têm sido eficazes na difusão do *brazilian way of life* e na divulgação da imagem de um Brasil soberano e bem-sucedido perante angolanos de todas as classes sociais e níveis culturais (ABELL, 2018).

Relações comerciais entre Brasil e Angola

Segundo o Sumário Executivo das Relações Comerciais Brasil-Angola (2016d), o intercâmbio comercial entre os dois países teve um período de dinamismo, após o fim da guerra civil angolana, porém tal política não teve prosseguimento na segunda década

do século XXI, o que contribuiu para o arrefecimento do comércio bilateral, fazendo com que o comércio bilateral saísse de um patamar de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão em 2006, para pouco menos de US\$ 700 milhões, em 2015. O intercâmbio comercial entre os dois países teve uma queda de aproximadamente 50% em 10 anos.

As exportações brasileiras para Angola saíram de um patamar de US\$ 836 milhões, em 2006, para US\$ 648 milhões, em 2015, representando uma redução das exportações de cerca de 20% no período (BRASIL, 2016d). Quando focamos as importações brasileiras, verificamos que as importações caíram de aproximadamente US\$ 460 milhões para apenas US\$ 32 milhões, em 2015, representando uma retração de mais de 90% no total do volume importado (BRASIL, 2016d).

Prosseguindo no estudo do intercâmbio comercial entre Brasil e Angola, verifica-se que, em 2015, 45% das exportações angolanas foram direcionadas para a China, enquanto o Brasil vai aparecer num longínquo 23º lugar, com apenas 0,1% das exportações. Sob a óptica das importações, em 2015, a China foi a principal origem de produtos para Angola, com cerca de 23% do total de importações, enquanto o Brasil aparece em sétimo lugar, fornecendo 4% do total de importações angolanas (BRASIL, 2016d).

A relação China-Angola

A implantação de um “socialismo com características chinesas”

No final da década de 1970, Deng Xiaoping assumiu como secretário-geral do Partido Comunista Chinês após a morte de Mao

Zedong e implementou reformas que repercutiram na vida do país. A adoção da política de “Reforma e Abertura” permitiu que outros países com regimes políticos distintos investissem na China, reforçando o desenvolvimento das indústrias chinesas (KE, 2016).

Um dos aspectos mais significativos das transformações de Xiaoping, que acabaram por caracterizar o “socialismo com características chinesas”, foi a abertura do comércio e das portas de parcela do país aos investimentos internacionais, através da implementação da filosofia de “Um País, Dois Sistemas”.⁵ Para isso, demarcou Zonas Econômicas Especiais (ZEEI), que eram áreas voltadas para a atividade industrial com a oferta de vantagens⁶ para atrair capital estrangeiro, sob a condição de que as empresas que lá chegassem se associassem a empresas chinesas. O investimento direto estrangeiro foi de 20 bilhões de dólares, em 1980, para 450 bilhões, em 2003. Sob a óptica chinesa, tal iniciativa foi coroada de êxito por ampliar a produção industrial do país, fortalecer as exportações, possibilitar a assimilação de novas tecnologias pelas empresas locais e ampliar a oferta local de empregos,⁷ enquanto mantinha o socialismo no restante do território.

As reformas iniciadas por Xiaoping conduziram a China a uma trajetória de crescimento consistente, mas levaram o país a deparar com o fim da autossuficiência energética, em 1993, expondo-o a uma vulnerabilidade indesejada. A China, buscando não apenas garantir sua segurança energética, mas também atender seus interesses estratégicos, passou então a intensificar as ações da política externa.

O interesse da China no Continente Africano

A partir da década de 1990, o foco econômico chinês passou a ser centrado na cooperação mutuamente benéfica bem como no fornecimento de serviços, investimento e comércio. A partir desse período, e fruto da perda da autossuficiência energética, tornou-se central na China a filosofia do *Going Out*,⁸ que visava ao incentivo para a internacionalização de empresas chinesas para a conquista de mercados, para assegurar segurança alimentar e energética e ainda para mitigar a exaustão das reservas de recursos naturais do país (RODRIGUES, 2015).

Nesse contexto, surge a África. Um continente com grande disponibilidade de reservas energéticas e de matérias-primas; um mercado consumidor superior a um bilhão de pessoas, negligenciado pelos países europeus colonizadores; e com diversas carências de ordem econômica e de infraestrutura. A combinação de tais características fez com que o continente adquirisse um papel central na política externa chinesa, culminando com a expedição de um Livro Branco voltado exclusivamente para a cooperação econômica e comercial com os países da África. Em tal publicação, são apresentados os objetivos chineses para o continente e as formas planejadas para alcançá-los, bem como propostas de cooperação em diversos campos, com o foco de promover o crescimento sustentável das relações China-África.⁹

Coerente com sua política externa e seus interesses no continente, a China fomentou a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) para servir como base para o desenvolvimento de uma

aliança estratégica, fundamentada na igualdade política, na cooperação econômica e no intercâmbio cultural. Desde sua criação, o FOCAC tem contribuído para o aumento no fluxo comercial, que passou de aproximadamente 10 bilhões de dólares em 2000 para mais de 200 bilhões em 2013, tornando a China o maior parceiro comercial da África, sendo Angola um dos seus principais interlocutores (LOPES, 2013).

A cooperação entre China e Angola

A China estabeleceu relações diplomáticas com Angola, em 1983. Inicialmente tímida, a relação entre os dois países levou ao estabelecimento, em 2010, de um acordo de parceria estratégica,¹⁰ com o objetivo de fortalecer o intercâmbio existente. Apesar dos acordos assinados, a cooperação técnica e cultural obteve muito menos atenção do que a cooperação econômica, em virtude de um relacionamento bilateral baseado principalmente no comércio da energia e no crescimento (KE, 2016).

No campo cultural, é relevante pontuar que o político chinês Wang Huning, membro do Partido Comunista, estudou o arcabouço teórico de Joseph Nye e cunhou o termo “Poder Cultural”, por entender que a cultura é a raiz do *soft power* chinês e que o desenvolvimento e a divulgação da cultura são peças-chave para a continuidade do avanço do país. A teoria de Wang tem influenciado os passos dos dirigentes chineses no esforço de criar melhor narrativa chinesa e afirmar a sua imagem internacional como um país amigo de todos (KE, 2016).

Entretanto, ao restringir o estudo a Angola, observa-se que, apesar do aumen-

to significativo da comunidade chinesa no país, que saiu de 22 cidadãos, em 1999, para 260.000, em 2014, é notório que o relacionamento no campo cultural nem sempre é fácil, em função de os chineses viverem em uma comunidade fechada, sem contato com a cultura e a língua locais, dificultando sua integração (KE, 2016).

Conforme Ruth Benedict pontuou, a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo, sendo que, pela diversidade de “lentes”, os homens têm visões descontraídas das coisas (BENEDICT, 1989 APUD KE, 2016). Desta forma, alguns chineses queixam-se da ineficiência dos angolanos, enquanto estes criticam a ganância desmedida dos chineses.

Tais fatores contribuem em alto grau para a dificuldade chinesa de ter uma penetração maior do seu *soft power* em Angola. Em resumo, pode-se aferir que, apesar dos esforços de representantes de ambos os países, a cooperação cultural sino-angolana ainda é bastante deficiente, quando comparada com o dinamismo da cooperação comercial.

As relações comerciais entre China e Angola

A parceria sino-angolana começou a florescer após o término da guerra civil, em 2002. Neste momento, Angola precisava com urgência de um grande volume de recursos financeiros para a reconstrução de infraestruturas destruídas pela guerra, porém os órgãos de fomento e bancos de desenvolvimento ocidentais impunham condições relacionadas com transparência do governo e direitos humanos para a liberação de empréstimos. Visualizando oportunidade onde

o ocidente só via problemas, o EXIM Bank Chinês estabeleceu uma linha de crédito, sem imposição de exigências e liberou, em 2004, um empréstimo de dois bilhões de dólares para o governo angolano,¹¹ que deveria ser pago com petróleo. A liberação de tal empréstimo contribuiu decisivamente para a opção de Angola por se aproximar da China.

Iniciava-se, nesse momento, o plano estratégico chinês intitulado pelo Banco Mundial como o “Modo Angola”: um sistema de trocas comerciais ainda não explorado naquele momento e que consistia no financiamento da construção e recuperação de infraestruturas em troca de recursos naturais e energéticos. Essa estratégia era complementar à estratégia *Going Out* de internacionalização das empresas chinesas, por possibilitar a abertura do mercado angolano a essas empresas (KE, 2016).

Pode-se afirmar que o “Modo Angola” possui duas vantagens: o apoio ao desenvolvimento africano e a garantia de fornecimento contínuo de recursos naturais para consumo pelo mercado interno chinês. Conclui-se então que o modelo se baseia em trocas comerciais que trazem benefícios mútuos, o que o torna um mecanismo eficaz para atuar no cenário africano (KE, 2016).

Segundo o Embaixador da China em Angola, em um artigo publicado no *Jornal de Angola*,¹² a China já concedeu cerca de 60 bilhões de dólares nos 35 anos em que os países mantêm relações diplomáticas, sendo investidos na construção de infraestruturas básicas do país, tais como centrais elétricas, escolas, estradas e hospitais.

O relacionamento entre os dois países, mesmo após 35 anos, tem dado sinais de

vitalidade. A China é o maior parceiro comercial de Angola, sendo o destino de 45% das exportações do país e a origem de aproximadamente 20% das importações. Por sua vez, o país africano é o segundo maior parceiro comercial da China no continente; o maior fornecedor de petróleo da África; além de ser um dos maiores mercados para obras empreitadas por empresas chinesas (KE, 2016).

O momento favorável da relação bilateral pode ser observado também pela abertura de uma sucursal do Banco da China em Luanda e, especialmente, pelo estabelecimento de um acordo monetário para a aceitação do *Kwanza* e do *Renmimbi* em ambos os países, o que facilitará, em grande medida, as trocas comerciais no futuro.¹³

Segundo o Relatório de Responsabilidade Social Corporativa das Empresas Chinesas em Angola (2015), disponibilizado pela Câmara do Comércio Angola-China (CCAC), as trocas comerciais entre os dois países seguem em uma ascensão, sendo que o volume importado pela China aumentou mais de dez vezes entre 2003 e 2014 (KE, 2016).

Considerações finais

Este artigo se propôs a verificar os reflexos para o Brasil da crescente presença Chinesa em Angola. Para isso, foram apresentados aspectos teóricos relativos à cooperação internacional e ao exercício do poder no sistema internacional. Em seguida, foram estudadas as relações entre Brasil e Angola e entre China e aquele país africano, de forma a identificar os reflexos para o Brasil da parceria sino-angolana.

O primeiro aspecto que deve ser pontuado ao estudar o Brasil, talvez o mais relevante, consiste na ausência de uma política brasileira de estado, com objetivos e metas nacionais de curto, médio e longo prazo bem definidas. A falta de tal política pode ser mais claramente sentida quando se observa a política exterior brasileira e a relaciona com o entorno estratégico descrito na Política Nacional de Defesa (2016), por ser esta a região escolhida pelo país para irradiar influência e liderança. É possível observar a alternância de momentos de forte aproximação, com outros de relativo afastamento dos países do entorno brasileiro, especialmente os da costa oeste da África, o que passa mensagens ambíguas e acaba por contribuir para a presença de potências extrarregionais em locais de vital interesse para o país.

Quando analisamos a política exterior brasileira para Angola, país do seu entorno estratégico, verifica-se que esta se ampara, em grande medida, em aspectos intangíveis, notadamente no *soft power* do Brasil. Neste aspecto, o passado colonial português possui grande relevância, por ter outorgado aspectos culturais, artísticos, religiosos, e, principalmente, a língua portuguesa, que funciona como principal elo de identificação entre os dois países. Outro aspecto intangível da relação consiste no fato de o Brasil, sob o Governo Geisel (1974-1979), ter sido o primeiro país a reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com o governo do MPLA, o que contribuiu decisivamente para que outros países também o fizessem.

Entende-se ainda que a influência brasileira em Angola também tem uma forte componente relacionada com a significativa

penetração das igrejas pentecostais e das redes de TV brasileiras no seio da sociedade angolana, consistindo em um dos principais meios de difusão do *brazilian way of life*, por meio da propagação dos valores e da cultura nacional naquele país. O Brasil também difunde seus valores e, conseqüentemente, sua influência, por meio dos programas de cooperação técnica, com ênfase nos setores educacional e de formação profissional. A participação de estudantes angolanos em cursos em instituições de ensino brasileiras é um bom exemplo da influência brasileira naquele país africano, pois permite a eles conhecer aspectos culturais do Brasil e criar vínculos com o país. Entende-se que tal medida, em conjunto com as já citadas, reforça os laços culturais que ambos os países compartilham e auxilia para propagar a visão positiva que o povo angolano possui do Brasil e do povo brasileiro.

Não se pode negar ainda que o acesso direto ao hoje ex-presidente de Angola por membros de empreiteiras brasileiras, apesar de ser eticamente questionável, constituiu, em um determinado período da história, um grande ativo da influência brasileira no país.

Por outro lado, o aspecto comercial, que chegou a ter relativo destaque na primeira década do século XXI, já não pode ser considerado de grande relevância para a relação bilateral em tempos mais recentes, em função da crise econômica que atingiu os dois lados do Atlântico.

Diante dos fatos acima descritos, entende-se que o Brasil exerce significativa influência sobre Angola, baseada consideravelmente nos aspectos intangíveis já elencados, o que faz com que o *soft power* brasileiro seja a característica principal da relação bilateral.

Por outro lado, não se pode negar que a política adotada após as reformas de Xiaoping vem conduzindo a China a uma impressionante trajetória econômica ascendente, pautada em objetivos estratégicos bem definidos e com uma retórica que defende uma política externa de coexistência pacífica. Dentre os objetivos chineses que balizam sua postura no cenário internacional, podem ser citados o interesse pelo fortalecimento e legitimação do seu “socialismo de características chinesas”; a manutenção da segurança energética e alimentar; além da garantia de mercados para suas empresas e trabalhadores.

Em sua trajetória de crescimento e consoante com seus objetivos, a China adotou uma política de intensificação de parcerias no cenário internacional, conhecida como *Going Out*, sendo a aproximação com a África um processo natural. Nesse cenário, Angola se reveste de importância, em função de sua abundância de recursos petrolíferos e sua grande carência de financiamentos para a reconstrução do país, após anos de guerra civil.

Na sua aproximação com Angola, a China adotou uma postura pragmática, oferecendo um modelo que veio a ser intitulado pelo Banco Mundial como “modo Angola”, em que são oferecidos financiamentos para obras de infraestrutura, sem imposição de condições, nem cláusulas ligadas ao respeito aos direitos humanos e à transparência em troca do petróleo angolano.

Neste ponto, é possível concluir que, apesar das desconfianças existentes em relação à China no cenário internacional, a política chinesa vem apresentando sucesso

em sua penetração em Angola. Tal sucesso justifica-se principalmente pela capacidade de financiar a construção de Angola, sem a imposição de exigências.

Ao aprofundar a análise sobre a relação China-Angola, é possível verificar que a China possui um papel central na economia do país africano, pois, além dos financiamentos para a reconstrução de sua infraestrutura, o país asiático é responsável por 45% do total de exportações e cerca de 23% das importações.

Conclui-se que, enquanto a relação Brasil-Angola é baseada em aspectos intangíveis, a relação sino-angolana é baseada em aspectos tangíveis, fruto dos fortes laços comerciais e econômicos que unem os dois países. Apesar de a relação ter um forte componente de *hard power*, entende-se que a China vem tentando contrabalançar esta tendência e amenizar sua posição dominante através da adoção de uma retórica baseada na igualdade e na obtenção de benefícios mútuos. Com isso, entende-se que a China exerce em Angola seu *smart power*.

Diante dos fatos acima descritos, este autor entende que a crescente presença chinesa em Angola impôs a redução da projeção brasileira naquele país, em especial pela intensa relação sino-angolana no campo econômico e comercial.

Por fim, é importante ressaltar que a redução da influência brasileira naquele país da costa oeste africana é indesejável, por permitir que uma potência extrarregional esteja presente dentro da área de interesse brasileira e abra a possibilidade para sua projeção no Atlântico Sul. 🌐

Referências

ABELL, Adilson. **A TV Brasileira em Angola**. Fundação Dr. António Agostinho Neto. In: O Patifúndio, 2018. Disponível em: <www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=362:a-tv-brasileira-em-angola>. Acesso em: 28/07/2018.

_____. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF, 2016b. p. 03-14. Versão sob apreciação do Congresso Nacional. Lei Complementar n. 97/1999, art 9º, § 3º. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf>. Acesso em: 02/03/2018.

_____. _____. Agência Brasileira de Cooperação. **A Cooperação Técnica do Brasil para a África**. Brasília: 2010. Disponível em: <www.abc.gov.br/content/abc/docs/catalogoabcafrica2010_p.pdf>. Acesso em: 21/07/2018.

_____. _____. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. **Sumário Executivo das Relações Comerciais Brasil-Angola**. Brasília: 2016d. Disponível em: <investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/SUMAngolaNOV2016.pdf>. Acesso em: 30/07/2018.

FELLET, João. Suspensão põe em xeque expansão de igrejas evangélicas em Angola. BBC Brasil. Brasília: 2014. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130207_angola_ev>. Acesso em: 28/07/2018.

FERREIRA, Marcos. Definições conceituais para o entendimento de Política Externa: o poder duro e o poder brando. Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Brasília, 2016. Disponível em: <www.mundorama.net/?article=definicoes-conceituais-para-o-entendimento-de-politica-externa-o-poder-duro-hard-power-e-o-poder-brando-soft-power-por-marcos-alan-s-v-ferreira>. Acesso em: 31/05/2018.

GOES, Fernanda. **Geopolítica brasileira do financiamento do BNDES para Odebrecht em Angola**. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017. Disponível em: <anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%203/ST%203.8/ST%203.8-01.pdf>. Acesso em: 23/07/2018.

KE, You. **A Construção do Soft Power Chinês em Angola**. 2016. Tese (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24699/1/ulfl210622_tm.pdf>. Acesso em: 21/08/2018.

LOPES, Bárbara; NASCIMENTO, Daniele; VADELL, Javier. **FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana**. Carta Internacional, Vol. 8, n. 2, jul.-dez. 2013 [p. 81 a 99]. Disponível em: <www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/viewFile/110/68>. Acesso em: 18/08/2018.

MATTOS, Carlos M. **Projeção Mundial do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Leal, 1958. 72p.

MELLO, Cláudio Henrique de Almeida. **A Presença da China na Costa Ocidental da África – O**

caso da Namíbia: implicações para o poder naval brasileiro. 2012, 155f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

MORATO, Tadeu Maciel; **As teorias de relações internacionais pensando a cooperação.** In: Revista Ponto e Vírgula. São Paulo: PUC-SP, 2009.

NYE, Joseph. **O Futuro do Poder.** São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, Mariana Sandoval; [et al]. **Diplomacia econômica da China: o caso de Angola.** In: Revista Economia Ensaios. Uberlândia: UFU, 2012.

RODRIGUES, Luís. **China em África – A política externa como meio de legitimação do Partido Comunista Chinês.** 2015. State Building and Fragility Monitor, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2015.

VIANA, Natália. **A Equação Brasileira.** In: Especial África, Apublica.org, 2016. Disponível em: <apublica.org/2016/02/a-equacao-brasileira/>. Acesso em: 27/07/2018.

VILLAS-BOAS, Júlia. **O BNDES e a internacionalização das empresas brasileiras na África nos anos 2000.** Observatório Brasil e o Sul, 2014. Disponível em: <www.obs.org.br/comercio-e-investimento/723-o-bndes-e-a-intern>. Acesso em: 23/07/2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Projeção Internacional do Brasil – 1930 – 2012.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2013a. Não paginado.

_____. **A Relação Brasil-África - Prestígio, cooperação ou negócios?** Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. Não paginado.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ A construção de uma estratégia efetiva de smart power envolve cinco passos: definir claramente os objetivos da política externa, elencar corretamente os recursos de poder disponíveis em diferentes contextos, avaliar os recursos e preferências dos outros atores internacionais envolvidos na agenda de política externa, escolher uma estratégia adequada de poder (coerção ou cooptação) e analisar a probabilidade de sucesso do curso de ação escolhido (observando os limites domésticos e internacionais da estratégia elegida) (NYE, 2012).

² Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>.

³ Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <www.dce.mre.gov.br/PEC/PEC/PCPG.php>.

⁴ O relacionamento do hoje ex-presidente angolano com a empreiteira é alvo de denúncias, porém, por não ser esse o foco do trabalho, essas denúncias não serão levadas em consideração.

⁵ Um sistema econômico misto, em que algumas regiões (especificamente Macau e Hong Kong) manteriam os seus sistemas capitalistas bem como várias cidades do litoral chinês. Em contrapartida, grande parte do interior chinês continuaria a viver sob princípios socialistas.

⁶ Os principais pontos positivos para as empresas internacionais eram o uso de mão de obra muito barata e abundante; acesso às matérias-primas do país; infraestrutura adequada para rápida exportação; acesso

ao amplo mercado consumidor do país sem a passagem dos produtos por barreiras e tarifas alfandegárias; e baixos impostos locais, incluindo a isenção fiscal para a importação de produtos e maquinários industriais. Fonte: Mundo Educação. Disponível em: <//mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/zonas-economicas-especiais-zees-china.htm>.

⁷ Fonte: Mundo Educação. Disponível em: <//mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/zonas-economicas-especiais-zees-china.htm>.

⁸ A política do Going Out, também conhecida como Going Global, foi um esforço do governo chinês, iniciado em 1999, para promover investimentos chineses no exterior, com o intuito de explorar oportunidades no mercado internacional.

⁹ Fonte: Ministério das Relações Exteriores da China. Disponível em: <www.fmprc.gov.cn/zft/eng/zgdfzcc/t481748.htm>.

¹⁰ Embaixada da República Popular da China na República de Angola, Íntegra da Declaração Conjunta entre Angola e a China, 21 de novembro de 2010. Disponível em: <//ao.chineseembassy.org/por/zagx/t771206.htm>

¹¹ Modo Angola-China. Disponível em: <expansao.co.ao/artigo/58414/modo-angola-china?seccao=7>.

¹² Disponível em: <//ao.chineseembassy.org/por/sghd/t1543142.htm>.

¹³ Fonte: Revista de Macau. Disponível em: <www.revistamacau.com/2018/04/30/angola-china-35-anos-parceiros-de-peso/>